

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 171.092 - SC (2020/0050544-1)

RELATOR : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**
SUSCITANTE : **JUÍZO FEDERAL DA 3ª VARA DE FLORIANÓPOLIS - SJ/SC**
SUSCITADO : **JUÍZO FEDERAL DA 8ª VARA CÍVEL DE BRASÍLIA - SJ/DF**
INTERES. : **SATER S.A**
ADVOGADOS : **AUGUSTO FAUVEL DE MORAES - SP202052**
 : **MICHELLE DE CARVALHO CASALE FAUVEL - SP273650**
INTERES. : **FAZENDA NACIONAL**

DECISÃO

Trata-se de conflito negativo de competência instaurado entre o Juízo Federal da 3ª Vara de Florianópolis – SJ/SC (suscitante) e o Juízo Federal da 8ª Vara Cível de Brasília – SJ/DF (suscitado).

Na hipótese dos autos, a SATER S.A. ajuizou, na Seção Judiciária do Distrito Federal, em 03/02/2020, "ação ordinária" em face da União Federal, na qual questiona o procedimento administrativo que resultou na apreensão e perda das mercadorias por ela enumeradas na inicial.

O ilustre Magistrado Federal da 8ª Vara do Distrito Federal-SJ/DF, ao examinar os autos, declinou de sua competência e determinou a redistribuição da ação, por dependência, aos autos do Processo 5028844-87.2019.4.04.7200, que já tramitava na 3ª Vara Federal de Florianópolis-SC.

A decisão possui o seguinte conteúdo (e-STJ fls. 334/336):

Objetiva a autora a suspensão imediata da penalidade de perdimento aplicada no Auto de Infração e Termo e Apreensão e Guarda Fiscal nº. 0920400- 103797/2019, vinculado ao Processo Administrativo Fiscal nº 13971.726797/2019-51, suspendendo os efeitos do leilão que começará em 11/02/2020, para que se evite a arrematação, e por conseguinte seja determinado a devolução das mercadorias à Requerente, ante a inexistência de dolo e má-fé da Requerente na conduta equivocada e erro assumido do transportador que ocasionou a lavratura do Auto de Infração que culminou com a perda das mercadorias (fls. 27).

Narra que é proprietária de mercadorias apreendidas pela Receita Federal que foram “equivocadamente” alocadas em um caminhão que transportava farinha de trigo. Alega que não pode ser penalizada pela pena de perdimento, porquanto a culpa pela troca no carregamento da mercadoria deve ser imputada ao transportador.

É o que interessa relatar.

Em consulta à página da Seção Judiciária de Santa Catarina, verifiquei a existência da Ação de Procedimento Comum nº 5028844-87.2019.4.04.7200, em trâmite na 3ª Vara Federal de Florianópolis/SC, ajuizada por WR1 Importação e Exportação Ltda. contra o mesmo Auto de Infração e Termo e Apreensão e Guarda Fiscal nº. 0920400-103797/2019, vinculado ao mesmo Processo Administrativo Fiscal nº 13971.726797/2019-51 e mesma Declaração de Importação mencionados nestes autos (DI nº 19/17190249), na qual a empresa importadora, destinatária do auto de infração, visa a liberação da farinha de

trigo apreendida pela Receita Federal.

Naqueles autos, o Juízo a 3ª Vara Federal de Florianópolis, na decisão que apreciou o pedido de tutela de urgência, mencionou que a ré teria esclarecido que o veículo utilizado para o transporte não possuía autorização para tanto e que a farinha de trigo foi utilizada com a finalidade de ocultar as demais mercadorias, sendo transportada, aliás, em quantidade inferior à declarada, em desacordo, pois, com o Despacho de Importação (destaquei).

Mais adiante, a decisão transcreve o seguinte trecho da contestação:

Assim, independentemente do elemento volitivo do agente, é fato, que a farinha de trigo importada por WR1, declarada na DI 19/1719024-9, foi utilizada como auxílio para ocultar uma grande quantidade de outras mercadorias de origem estrangeira, internalizadas em território nacional de forma fraudulenta e subterrânea, avaliadas em aproximadamente R\$ 5.000.000,00, inibindo e dificultando os controles de importação, exercidos pela Receita Federal (destaquei).

Destaco que tais “mercadorias de origem estrangeira” são as que estão sendo discutidas na presente demanda.

Nada obstante, não há dúvida que este processo e aquele que tramita perante o Juízo da 3ª VF de Florianópolis/SC versam sobre relações jurídicas interdependentes (o polo ativo é diverso), e que malgrado não haja conexão no sentido técnico-jurídico do termo, há uma correlação evidente entre os casos em cotejo, eis que ambas as ações são oriundas do mesmo auto de infração, lavrado na mesma operação fiscal que relaciona as mercadorias mencionadas nesta demanda, e que deu origem ao mesmo processo administrativo fiscal.

Eventual posicionamento divergente deste juiz acerca da matéria jurídica em questão, certamente, afrontará os princípios da segurança jurídica e, principalmente, o da isonomia.

Considerando a prevenção do juízo federal da 3ª Vara Federal de Florianópolis/SJSC, o risco concreto de decisões contraditórias, impõe-se, indubitavelmente, por força do disposto no art. 55, §3º, do NCPD, a REUNIÃO dos processos em questão para julgamento conjunto e simultâneo.

Ante o exposto, DECLINO DA COMPETÊNCIA e determino a redistribuição da presente ação, por dependência, aos autos do Processo 5028844-87.2019.4.04.7200, que tramita perante a 3ª Vara Federal de Florianópolis – Seção Judiciária de Santa Catarina.

Remetam-se os autos, com baixa no registro processual.

Priorize-se, eis que há pedido de tutela pendente de apreciação.

Remetidos os autos à Seção Judiciária de Santa Catarina, o ilustre Magistrado Federal da 3ª Vara Federal de Florianópolis suscitou o presente conflito negativo de competência com apoio nos seguintes fundamentos (e-STJ fls. 360/362):

SATER S/A, por procurador habilitado, ingressou com ação de procedimento comum contra a UNIÃO, através do qual tenciona obter provimento jurisdicional de urgência que determine a suspensão imediata da penalidade de perdimento aplicada no Auto de Infração e Termo e Apreensão e Guarda Fiscal nº. 0920400-103797/2019, vinculado ao Processo Administrativo Fiscal nº 13971.726797/2019-51, suspendendo os efeitos do leilão que começará em 11/02/2020, para que se evite a arrematação, e por conseguinte seja determinado a devolução das mercadorias à Requerente, ante a inexistência de dolo e má-fé da Requerente na conduta equivocada e erro assumido do transportador que ocasionou a lavratura do Auto de Infração que culminou com a perda das mercadorias.

Relatou que é empresa uruguaia, importou equipamentos eletrônicos da Alemanha, e que, em razão de equívoco confessado pela Transportadora Irmãos Soares, tais produtos foram retidos pela Receita Federal do Brasil juntamente com carregamento de farinha de trigo destinado à empresa WR1 LTDA., culminando na lavratura do Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal nº. 0920400-103797/2019, vinculado ao Processo Administrativo Fiscal nº 13971.726797/2019-51, sendo proposta a aplicação da pena de perdimento das mercadorias.

Sustenta, em resumo, que houve problema na logística da transportadora Irmãos Soares Transportes, que enviou erroneamente ao Brasil caminhão que continha os produtos da autora, no qual posteriormente houve a inclusão da carga de farinha de trigo da empresa WR1 LTDA.

Argumenta que deve ser afastada a pena de perdimento, com a conseqüente devolução dos equipamentos eletrônicos ao Uruguai, uma vez que a autora não agiu de má-fé e não tem controle sobre o suposto erro da transportadora. Ao final, requereu a confirmação da tutela de urgência, com a conseqüente anulação do auto de infração e da pena de perdimento aplicada aos seus produtos.

A ação foi distribuída inicialmente ao Juízo da 8ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal, que declinou da competência para processamento e julgamento da demanda e determinou a redistribuição por dependência aos autos do Processo 5028844-87.2019.4.04.7200, que tramita neste juízo, por considerar a existência de risco concreto de decisões contraditórias (evento 1, DEC5, p. 20/22).

É o relatório.

D e c i d o.

Nos termos do art. 286, III, do Código de Processo Civil, "serão distribuídas por dependência as causas de qualquer natureza: (...) III - quando houver ajuizamento de ações nos termos do art. 55, § 3º, ao juízo prevento."

Por sua vez, o art. 55, § 3º dispõe que "serão reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias caso decididos separadamente, mesmo sem conexão entre eles".

Na hipótese vertente, a empresa WR1 Importação e Exportação LTDA. ajuizou em 22 de novembro de 2019, perante este juízo, o Procedimento Comum n. 5028844-87.2019.4.04.7200, com o fim de obter provimento jurisdicional que, em sede de tutela de urgência, determinasse à União que se abstenha "de promover qualquer ato de destinação, destruição ou alienação da carga de farinha de trigo" apreendida pela Receita Federal do Brasil através do Auto de Infração e Termo de Apreensão e Guarda Fiscal nº. 0920400-103797/2019, autorizando a autora a retirar as referidas mercadorias.

Na petição inicial, em síntese, disse que importou 25.000 kg de farinha de trigo proveniente do Uruguai, "descritas na DI nº. 19/1719024-9, registrada em 17/09/2019, na Aduana Brasileira em Aceguá-RS", que foi regularmente nacionalizada, e que é atípica a pena de perdimento aplicada especificamente em relação a esta mercadoria.

Ao final, requereu a empresa WR1 Importação e Exportação LTDA. "seja julgada integralmente procedente a presente Ação, para fins de ANULAR o Auto de Infração, específica e exclusivamente na parte que propõe a pena de perdimento, indiscriminadamente, contra a carga de farinha de trigo" (grifei).

A tutela de urgência foi indeferida e o processo encontra-se aguardando o prazo para apresentação de contestação pela União.

Da narrativa acima, entendo que não há risco de prolação de decisões conflitantes na presente demanda e nos autos do Procedimento Comum n.

5028844-87.2019.4.04.7200.

Tratam-se as autoras de empresas distintas e, em que pese ambas as demandas discutam a pena de perdimento aplicada pela Receita Federal do Brasil no Auto de Infração e Termo e Apreensão e Guarda Fiscal nº. 0920400-103797/2019, o pedido e a causa de pedir são diversos: enquanto nos autos n. 5003021-77.2020.4.04.7200 postula-se a nulidade da pena de perdimento tão somente com relação aos equipamentos eletrônicos importados por Sater S/A, sob o argumento de que a empresa agiu de boa-fé e houve erro de logística confessado pela transportadora das mercadorias; nos autos n. 5028844-87.2019.4.04.7200 a empresa WR1 Importação e Exportação LTDA. pretende a nulidade da autuação exclusivamente no que se refere à carga de farinha de trigo, sob a justificativa de que a sua importação ocorreu de forma regular.

Assim, conclui-se que, na hipótese sob análise, o simples fato das demandas originarem-se no mesmo auto de infração não enseja o risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias, notadamente por dizerem respeito a autoras, pedidos e causas de pedir distintos, não incidindo o disposto no inciso III do art. 286 do Código de Processo Civil.

Dito isso, data máxima vênia do entendimento que declinou o colega magistrado, não vislumbro a ocorrência de motivo a ensejar a distribuição por dependência da presente demanda.

Ante o exposto, SUSCITO ao Presidente do e. Superior Tribunal de Justiça CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA, nos termos do artigo 105, inciso I, "d", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 66, inciso II, 951 e 953, inciso I, todos do Código de Processo Civil.

O Ministério Público Federal, por não vislumbrar a existência de interesse indisponível ou interesse público primário, opinou pela restituição dos autos sem apreciação do mérito da causa em manifestação assim ementada (e-STJ fl. 374):

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. DIREITO TRIBUTÁRIO. INEXISTÊNCIA DE INTERESSES INDISPONÍVEIS E/OU INTERESSES PÚBLICOS PRIMÁRIOS. PRESCINDIBILIDADE DA INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COMO FISCAL DA LEI. EXEGESE DOS ARTS. 127 DA CF DE 1988, C/C 952 E 178, DO CPC DE 2015. NÃO INTERVENÇÃO. RESTITUIÇÃO DOS AUTOS SEM APRECIÇÃO DO MÉRITO DA CAUSA.

Passo a decidir.

Nos termos do art. 34, XXII, do RISTJ, o relator poderá "decidir o conflito de competência quando for inadmissível, prejudicado ou quando se conformar com tese fixada em julgamento de recurso repetitivo ou de repercussão geral, a entendimento firmado em incidente de assunção de competência, a súmula do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal, a jurisprudência dominante acerca do tema ou as confrontar".

Dito isso, consoante o art. 105, I, "d", da Constituição Federal, compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar originariamente "os conflitos de competência entre quaisquer tribunais, ressalvado o disposto no art. 102, I, o, bem como entre tribunal e juízes a ele não vinculados e entre juízes vinculados a tribunais diversos".

Nos termos do disposto no art. 66 do CPC/2015, a caracterização

do conflito de competência pressupõe a manifestação de dois juízes, declarando-se competentes ou incompetentes, ou, ainda, a existência de controvérsia entre eles acerca da reunião ou da separação de processos.

Na situação aqui versada, o Magistrado suscitante (Juízo Federal da 3ª Vara de Florianópolis – SJ/SC) busca afastar a aplicação do art. 286, III, do CPC/2015, argumentando que "o simples fato das demandas originarem-se no mesmo auto de infração não enseja o risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias, notadamente por dizerem respeito a autoras, pedidos e causas de pedir distintos [...]" (e-STJ fl. 362).

Segundo entende, não haveria necessidade de reunião dos processos, uma vez que as autoras de ambas as ações são "empresas distintas", e, apesar de questionarem a pena de perdimento aplicada pela Receita Federal no mesmo processo administrativo (Auto de Infração e Termo e Apreensão e Guarda Fiscal 0920400-103797/2019), os pedidos e a causa de pedir seriam diversas entre si.

Por sua vez, o Magistrado da Seção Judiciária do Distrito Federal (Susctiado) destacou que "não há dúvida de que este processo e aquele que tramita no Juízo da 3ª VF de Florianópolis/SC versam sobre relações jurídicas interdependentes (o polo ativo é diverso), e que, malgrado não haja conexão no sentido técnico-jurídico do termo, há uma correlação evidente entre os casos em cotejo, uma vez que ambas as ações são oriundas do mesmo auto de infração, lavrado na mesma operação fiscal que relaciona as mercadorias mencionadas nesta demanda, e que deu origem ao mesmo processo administrativo fiscal" (e-STJ fl. 335).

Na ocasião, acrescentou que a União Federal, que figura como ré na ação que tramita em Santa Catarina, teria esclarecido que "o veículo utilizado para o transporte não possuía autorização para tanto e que a farinha de trigo foi utilizada com a finalidade de ocultar as demais mercadorias", acrescentando que "independentemente do elemento volitivo do agente, é fato que a farinha de trigo importada por WR1 [...] foi utilizada como auxílio para ocultar uma grande quantidade de outras mercadorias de origem estrangeira, internalizadas em território nacional de forma fraudulenta e subterrânea, avaliadas em aproximadamente R\$ 5.000.000,00, inibindo e dificultando os controles de importação, exercidos pela Receita Federal" (e-STJ fl. 335).

A existência desses fatos revela-se suficiente para justificar a reunião dos feitos para julgamento conjunto, pois, se confirmada a alegação da União Federal de que o transporte da farinha teria sido feito com intuito de burlar a fiscalização para fins de internalizar as mercadorias apreendidas (objeto da ação ajuizada na Seção Judiciária do Distrito Federal) é recomendável que o exame dos fatos subjacentes à operação que resultou na apreensão de todo o material seja feito de forma conjunta.

Isso porque, nos termos do art. 55, § 3º, do CPC/2015, "serão reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias caso decididos separadamente, mesmo sem conexão entre eles".

Superior Tribunal de Justiça

Sobre a questão, a Primeira Seção desta Corte Superior já decidiu que, "nos termos do parágrafo único do art. 2º da Lei 7.347/85 e do art. 55, § 3º, do CPC/2015, há necessidade de reunião dos processos, por conexão, quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir, assim como daqueles feitos em que possa haver risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias, caso decididos separadamente, mesmo sem conexão entre eles, em homenagem ao postulado da segurança jurídica" (CC 151.550/CE, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, Primeira Seção, julgado em 24/04/2019, DJe 20/05/2019).

Ante o exposto, com base no 34, XXII, do RISTJ, CONHEÇO do presente conflito para DECLARAR COMPETENTE para a causa o Juízo Federal da 3ª Vara de Florianópolis – SJ/SC (suscitante).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator